INTERESSADO: ADHEMAR LOPES PEREIRA
ASSUNTO : Equivalência de estudos
RELATOR : Cons. José Borges dos Santos Júnior
PARECER CEE Nº: 2393/75, CSG, Aprov. em 10/9/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO - Adhemar Lopes Pereira, filho de João Lopes Pereira Filho e de Dona Natalina Pereira da Silva, requer a este Conselho o reconhecimento de equivalência de estudos realizados no exterior para fins de prosseguimento de vida escolar, ao nível de conclusão do ensino do segundo grau.

De acordo com a ficha escolar que juntou ao Processo, cursou, de 1º de março de 1962 a 15 de dezembro de 1965, as 4 séries de Formação de Oficina do Departamento de Saúde, Ensino e Seleção da Divisão de Ensino Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, em Sorocaba, tendo sido aprovado na especialização "Eletricista".

A seguir, segundo informa, concluiu, no Instituto de Educação, Ciências e Letras de Sorocaba, no ano letivo de 1973, o Curso Técnico de Contabilidade.

Ao registrar o diploma de Técnico em Contabilidade não o pôde fazer impedido pela 7ª Inspeção Regional do Ensino Profissional, sob a alegação de não ser equiparado aos cursos oficiais o Curso de Formação de Oficina.

No Curso de Formação de Oficina o requerente estudou, em todas as séries, as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Tecnologia, Desenho, Prática de Ofício.

Em três séries consecutivas estudou Física. Em duas séries estudou as seguintes: Inglês, Química, Eletricidade, Geografia do Brasil, História do Brasil e em uma série estudou: História Geral, Iniciação a Ciências e Geografia Geral.

O requerente solicita a este egrégio Conselho que convalide o seu Curso de Formação de Oficina, para que possa fazer o registro do diploma de Técnico em Contabilidade.

APRECIÇÃO:

Entendo que é razoável e pode ser deferida a petição do requerente, em face do seguinte:

1 - Completou 4 anos de escolarização, tendo sido aprovado em todas as disciplinas das 4 séries respectivas.

PARECER Nº 2393/75
PROCESSO CEE Nº 3020/74

2 - Como já se observou no histórico, o requerente estudou as disciplinas obrigatórias então exibidas de acordo com a aplicação da Lei 4024/61, nos Pareceres do Conselho Federal de Educação que fixaram as disciplinas obrigatórias para todo o Território Nacional.

3 - É certo que no seu currículo não há menção de Ciências Biológicas. Mas, diz o Art. 27, § único da Lei 5692/71: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas". Ora, o requerente estudou Física durante três séries; química durante duas séries; e, além de Eletricidade que é área de Física e de Tecnologia, estudou durante um período letivo uma disciplina denominada Iniciação à Ciências que, talvez, incluía elementos iniciais de Biologia. De qualquer forma o requerente, nos termos do artigo citado, estudou disciplinas da área de Ciência que permitem considerá-lo aprovado nas disciplinas dessa área.

4 - O requerente não é um estudante à margem da regularidade escolar. Faz um Curso de Formação em Oficina em que o convívio de um período diário bem mais prolongado que o da escola convencional, é fator disciplinador pelo contato com mestres, colegas, problemas e tarefas, para fixação de hábitos de ordem, pontualidade e trabalho. Tomada no seu conjunto, essa atividade escolar que associa o estudo ao trabalho, se impõe como um processo seguro de desenvolvimento da maturidade do estudante.

5 - A orientação seguida por este Conselho em casos análogos favorece, indubitavelmente, o atendimento da petição do requerente.

II - CONCLUSÃO

Em vista do que acaba de ser exposto, voto favoravelmente ao reconhecimento da equivalência dos estudos realizados por ADHEMAR LOPES PEREIRA no Curso de Formação de Oficina, ministrado pelo Departamento de Saúde, Ensino e Seleção, da Divisão de Ensino Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, com os do 1º grau, ao nível de conclusão da 8ª série, podendo, em consequência, ser convalidada a sua matrícula, bem como todos os atos escolares subsequentes no Curso Técnico de Contabilidade do Instituto de Educação, Ciências e Letras de Sorocaba.

São Paulo, 22 de abril de 1975

a) Cons. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer a conclusão do Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, Rev. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, JOSÉ AUGUSTO DIAS e Pe. LIONEL CORBEIL.

Sala das Sessões da CSG, em 23 de abril de 1975

- a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS - Vice-Presidente
no exercício da Presidência.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 10 de setembro de 1975

- a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente